

ra de fatoz de Poderão ao Presidente, na forma farto fecho, imprimi, a
Screto S.S. D'Assunção firmado a 16/12/97 do Expediente e não
havendo Dradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente
fe conduziu os trabalhos para o regimento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apresentados os seguintes materiais: Projeto
aprovado, em 11/12/97, para solicitar autorização da Comissão de Cons.
tribuição e Fazenda no Projeto de Lei nº 024/97-fb e nº 005/97. Aprovado
os regulamentos nº 043/97, 044/97, 045/97, 046/97; os Indicativos
nº 108/97, 109/97, 110/97 e 111/97. Terminado o regimento dedicado a
Ordem do Dia e não havendo Dradores para o uso da Tribuna em
aplicação fiscal, o Senhor Presidente encerrou o presente Sessão em
nome de Deus e, para constar, mandou que se ignorasse o presente
Ata, que depois de lida, submetida à Abertura da Crácia, Aprovada
para assim não produzir efeitos legais.

Ata da Vigesima Primera Sessão Ordinária do Plenário do
Poder Legislativo, do Camara Municipal de Cabo Frio, realizada
no dia seis de maio do ano de mil novecentos e noventa e
sete

As dez horas do dia seis
de maio do ano de mil novecentos e noventa e sete, sob a presi-
dência do Vereador Walter Maurício de Aquino Neto, e com a par-
ticipação do Primeiro Secretaria pelo Vereador Dircy Henrique Gonçalves,
venerou-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio, os
mesmos responderam a charada regimental os vereadores: Aqui
Viva da Fecho, José Cirilo de Souza, Antônio Carlos de Carvalho Fer-
nandes, Edson Silveira Soárez, Edvaldo Corrêa Lira, Gustavo Lutino Lima

AA

rois Duanger, Sônia dos Santos Mendes, Joaquim Behuindt, Manoel
Luchino do Silva Filho, Flávio Gründade Corrêa, Flávia Qualificadora
Silveira Rômico, Wilson Roberto Mura de Souza, Osvaldo Toméio da
Silva, Silas Rodrigues Pinto e Valter Rodrigues da Silva. Fazendo
número regimental, o Senhor Vereador deu-lhe aberto a presente
Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a seguinte
Ato: Ato da Vigesima Sessão. Ordinânia do Plenário Período Legislativo.
A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do uso regimental,
solubro ao Senhor Primeiro Secretário o leitura do Expediente
que comprova do seguinte: Ofício GAPPRE nº 017/97 - Prefeito Municipal, assunto:
Encomenda o Balanço das receitas e despesas do 1ºBASCAP
referente ao mês de Março de 1997, Ofício GAPPRE nº 018/97 - Prefeito mu-
nicipal, assunto: referente ao regramento nº 023/97 de autoria do Vereador
Sônia dos Santos Mendes, Ofício nº 019/97 - Prefeito Municipal, assun-
to: refere-se ao regramento nº 011/97 de autoria do Vereador Gustavo
Duanger, Ofício nº 051-54/5M-5 - TELERS, assunto: refere-se ao Re-
gramento nº 024/97 de autoria do Vereador Edson Zilvo Magalhães
Ofício nº 058-54/5M-5 - TELERS, assunto: refere-se ao regramento
nº 031/97 de autoria da Unidade Flavia Qualificadora Sônia Rômico
Silveira, Ofício de recebimento nº 006/97 de autoria da Unidade Flavia
Qualificadora Sônia Rômico, assunto: Considere de Utilidade Pública
Municipal, a Comunidade Norte-Vila, com sede a Rua Salvador
nº 51, bairro Burle, Cabo Frio, RJ, regramento nº 047/97 de autoria
do Vereador Edson Zilvo Magalhães, assunto: solicita à TELERS, a
instalação de telefone comunitário na Rua Governador Valladares,
 nº 63, bairro Parati, regramento nº 048/97 de autoria do Vereador
Wilson Roberto Mura de Souza, assunto: solicita ao Exmo. Sr. Prefeito munici-
pal, informações relativos a implantação do "projeto Arvynai", projeto
nº 019/97 de autoria da Unidade Flavia Qualificadora Sônia Rômico, assunto:
solicita ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, ofício de reunião da manilha

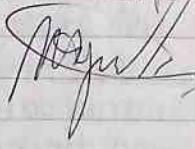
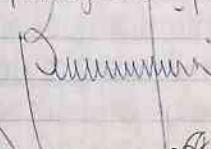
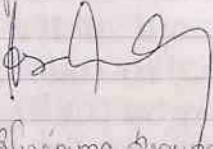
minto no enquadramento dos Rios Palma e Gervásio e Governador Collado, res., Indicativo nº 113/97 de autoria do Vereador Roberto Ferreira de Souza, assunto: Solução ao Excmº Srº Prefeito Municipal, colocação de manilhas no Valão da Rua Santa Cecília Camilo, localamento Parque Burle, Indicativo nº 114/97 de autoria do Vereador Josicarvaldo Kámo Quimaraes Buranger, assunto: Solução ao Excmº Srº Prefeito Municipal, Obras de saneamento na Rua "E" e havaí, e Rua S, no bairro Eldorado II, bairro Esperançá, Indicativo nº 115/97 de autoria da Vereadora Sandra Aquiladora Namor Hóonica, assunto: Solução ao Excmº Srº Prefeito Municipal, instalação de iluminação pública na Rua da Conceição, Bairro São Bernardo a favor do Expediente, o senhor Presidente franqueia a Tribuna aos Deputados inscritos no Único Deputado inscrito, ou seja a Tribuna, o Vereador Tomaz Campelo da Silva, abordando entrevista da Secretaria Municipal de Educação, publicada no jornal "O Gancho", projetando sondagens do Governo para alterar a lei Orgânica, diminuindo o percentual de horta e concreto por teto a ser aplicado na área de Educação. Lise que entendia que o Governo elegia prioridades em seu Plano de Governo, assim, era contra o imobilismo do Executivo, mas, suas preocupações aumentavam quando a Secretaria de Educação falava em fechamento do Colégio Hélio Barbosa, o que por certo não atendia ao interesse maior do Município. Considerou ser do conhecimento geral que o Município tinha que atender a determinação Constitucional, aplicando recursos na Educação, de forma a quarta série, cabendo ao Estado os demais segmentos curriculares. Argumentou a seguir, que todos sabiam da situação financeira do Estado e assim, a curto prazo, a determinação da sede Pública Estadual era uma realidade, o que comprovava-se que o Município apesar das dificuldades enfrentava uma rede de ensino de melhor qualidade. Lise que diante das alterações da Secretaria Municipal de Educação, a Câmara tenha que ter maior cidadania no sentido de preservar o que determinava a lei Orgânica do Município, no que tiverem razão fala. Não havendo

M
ma Vadorjus imbutos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o respeito dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa, foram aprovados os seguintes matérias: Aprovado Projeto de autorização da Comissão de Finanças, Orçamento e Alimentação e encaminhado para a Comissão de Redação final o Projeto de Lei nº 012/97. Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 014/97 e encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamento e Alimentação. Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 015/97 e encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamento e Alimentação. Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 020/97 e encaminhado para a Comissão de Saúde, Bem-estar Social e Meio Ambiente. O respeito, o Senhor Presidente encaminhou para a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 006/97. Foram aprovados os Regimentos nºs 047/97, 048/97, 049/97, os Indicativos nos 112/97, 113/97, 114/97 e 115/97. Não havendo mais matérias para serem tratadas nisto respeito, o Senhor Presidente franquou a Tribuna para o Excludente Pessoal. Depois a Tribuna em Explicação Pessoal, o Senador Wilson Roberto Ferreira de Souza, falando realmente da necessidade em tirar os aceleradores os trabalhos da Comissão Especial para tratar da taxa de iluminação Pública. Note que até aquela data a Comissão ainda não havia se reunido, embora já formalizada com a publicação do Ata da Sessão que havia convocado a Comissão. Obviamente, houve reunião naquela manhã, às dez horas, mas, os Senadores membros não haviam comparecido. Adiante, formalizou apelo ao Senador mais antigo, em vez de outubro, por motivo regimento que convocasse a Comissão, no dia 20, o Senador Leopoldo Schmidt. Note que o assunto era de extremo interesse da Comunidade e dezenas de cíprios e quatro dias nenhum reunião foi realizada, e assim, restaram binta e uns dias para encerrar os trabalhos da referida Comissão Especial, mantendo a reunião real.

ala. O regrir, eu fui o subibuna em Explainacão Pessoal, o Vereador Ronaldo questionou da biúva filho, abordando as distorções da biúva na Município de Educação, no formul "O Gancho". Nisse que não mirar, a nova lei de Diretrizes da Educação era muito ignorosa, com o segundo grau não sendo de responsabilidade do Município. Observou que a biúvatoria apenas esclarecia o assunto, não afirmando em momento algum não ter priorização com o Colégio Hui Barbosa. Indicou sobre a participação da biúva do Colégio Hui Barbosa na ultimas eleições, fazendo declaracão forte contraria o então candidato Alair Bonita, mas que eleito o prefubo compareceria ao educandário e dialogando com a biúva havia mantido a Administracão, o que demonstrava a renúcia do governo e o avôdado na área da Educação. Nisse que sobremodo, a inferiora Raíli Lapp, a fronte da biúvatoria comprorava sua competência e imobilidade para com a questão Eduacional. Disse não haver nas palavras da professora Raíli Lapp nenhuma intenção em prejudicar ao Hui Barbosa, e com religios a dei Orgânic cei, disse que os recursos destinados a Educação, estavam sendo dirigidos para outras áreas, pois não havia determinacão clara quanto a aplicacão dos trinta e cinco horas ento. Nisse que o governo pretendia apenas especificar e aplicar na área da Educação o que erigiu modificaçao na legislaçao major do Município, no que encerrou sua fala. O regrir, a eu fora a biúva em Explainacão Pessoal, o Vereador José do banho Abendes, afirmando inicialmente que realmente a professora Raíli Lapp, biúvatoria Município de Educação, era competente, conhecia a área e deixava profundas priorizaçoes com o Ensino? biúvo no Município. Assim, afirmando, disse seu verdade que o governo Município ainda não começara a investir na Educação, observou ele também que o mirinda apreveda a dei Município, fazia parte do estoque deixado pelo governo anterior. Nisse que poder levar as afirmaçoes para esta maiora visitar bielas, e naquela data, houve visitado bielas as bielas da zona rural. Afirmou o regrir, que a nova lei de Diretrizes e Base do Educação, dava respaldo para

~~Artigo~~ artigo aplicar recursos no segundo grau e ensino superior o
município, que faz recursos não podiam serem aplicados dentro
dos muni, e isso por tanto, leia mínimo estabelecido pela Constituição
Federal de 1988. Porque quando disser que a Lei Orgânica do Município
ao estabelecer um tanta e cinco por cento os recursos para
a Educação, colocava lá no fundo em parâmetros rigorosamente le-
gais, o que mantinha o Polígono Municipal Rui Barbosa. Adianta
dizer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estava passan-
do por um processo de replantamento, o que de forma alguma
mo alterou de forma superior ao texto original. Nesse que as
formas provisionais e decretos regulamentadores apenas estabe-
lavam para que os Municípios, coloassem mais gastos em se-
us de aula, para assim receberem mais recursos. Sendo que
tal espírito praticasse o Município colocar ante e cinco alunos
em salas de doze metros quadrados como eram as Escolas ins-
tituídas pelo atual Governo do Município, o que contrariaua a
Lei de Diretrizes e Bases. Relatu a seguir, sobre a Escola do
Graú, Municipalizada, mostrando fotos que denunciavam um
térreo sem fundações, com salas sem vidros nas janelas, com
revestimento improvisado por sapume, sanitários improvisados tam-
bém. Disse que a Escola Municipal do Graú havia tido de
obrigas de reforma no Governo anterior, com cerca de cinqüenta pr-
eito de obras concluídas, e que desde o dia 31 de dezembro, o
atual Governo não manifestara interesse em continuar o Con-
trato, nem a firma tendo faltado a receber, tendo que recorrer
a justiça para restabelecer seus direitos aos créditos oriundos
do Governo anterior. Nesse que tal imposta não poderia ele-
gar a alguma prejudicar a Educação, punindo crianças nascen-
tes dentro que habiteis a Secretaria Municipal de Educação de
não a receber apoio do Governo para a conclusão das Obras da
Escola Municipalizada do Graú e que abrigava entre e quinze
crianças, filhos de famílias humildes da zona rural, no que encer-
rou seu fato. Não havendo mais credores para o uso da tribuna.

em explanação formal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para esclarecer, mandou que se lancesse a presente Acta, que depois de lida, submetida a aprovação Plenária, aprovado, será assinada para que produza efeitos legais.

Ata da Vigésima Sessão da 2ª
Sé Nerdinária do Primeiro
Período Legislativo da Câma-
ra Municipal de Cabo Frio, au-
tizada no dia vinte de maio
do ano de mil novecentos e
noventa e sete

As dez horas de dia vinte
de maio do ano de mil novecentos e noventa e sete, sob a
Presidência do Senador Waldyr Maurício de Aquino Neto, e com
a ausparça da Primeira Secretaria pelo Senador Braz Benedito
Oreango filho, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal
de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimento-
tal os seguintes Vereadores: Quirílva da Rocha, Antônio
Soárez de Souza de Souza, Antônio Carlos de Carvalho Mendes, Edson
Silva Rodrigues, Eduardo Corrêa Rita, Artur Antônio Lui-
maraes Ceranger, Jânio dos Santos Mendes, Leaguim Schmitz
Bancel Britto da Silva filho, Sérgio Mendes Ferreira, Maria
Auxiliadora Santos Nóbrega, Wilson Roberto Ferreira da Costa,
Osmar Campeiro da Silva, Elias Rodrigues Soárez e Valdir So-
árez da Silva. Havia vinte e quatro Vereadores. Tendo
aprovado o Regimento, o Senhor
Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus
a seguir, foi lida e aprovada a seguinte Acta: Ata da Vigési-
ma Sessão Nerdinária do Primeiro Período Legislativo
a seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do nro n.